

Descrever os documentos – construir o inventário – preservar a cultura material escolar

Maria Cristina Menezes*

Resumo:

O presente texto tem por objetivo apresentar a construção do inventário dos documentos do arquivo histórico, da antiga Escola Normal de Campinas, o que conjugou os esforços de uma equipe de pesquisadores, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no âmbito do projeto “Preservação do Patrimônio Histórico Institucional: Escola Estadual Carlos Gomes” subvencionado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e com publicação impressa apoiada pelo Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e Extensão (FAPEX)/UNICAMP.

Palavras-chave:

história da educação; memória; arquivos escolares; cultura material; Escola Normal.

*. Doutora em educação pela UNICAMP (1999), pós-doutora pela Universidade de Lisboa (2004) e séjour d’ études no Institut National de Recherche Pédagogique (INRP), em Paris (2002). Professora efetiva de história da educação da UNICAMP.

Describe the documents – Building the inventory – preserve the material culture of the school

Maria Cristina Menezes

Abstract:

This paper aims to present the construction of the inventory of documents from the historical archives of the old Campinas normal school, which conjugated the efforts of a research team from the State University of Campinas, UNICAMP, within the framework of the project “Preservation of Historical Institutional Patrimony: State School Carlos Gomes” subsidized by the Foundation of Support to Research from the state of Sao Paulo, FAPESP, and with printed publication supported by FAEPEX/ UNICAMP.

Keywords:

history of education; memory; school archives; material culture; Normal School.

[...] Os Sotãos e Caves dos edifícios que passaram à história têm dentro de si as provas dos seus merecimentos. Papéis roídos pela traça, cobertos de pó de muitos anos, livros (manuais escolares, pedagogias, metodologias...), móveis, artefatos didáticos, mapas, retratos individuais e coletivos...

Entrar em tais recintos exige máscaras, batas brancas, luvas, toda uma série de proteções que nos imunizam aos ácaros, mas também uma sensibilidade muito especial ao valor dos registros.

ROGÉRIO FERNANDES (2009, p. 2)

Introdução

A construção do inventário dos documentos do arquivo escolar da antiga Escola Normal de Campinas conjugou os esforços de uma equipe de pesquisadores da UNICAMP, no âmbito do projeto “Preservação do Patrimônio Histórico Institucional: Escola Estadual Carlos Gomes”, em história da educação, possibilitado com o apoio da FAPESP. As ações de preservação que incidiram sobre a massa documental que se encontrava em vias de desaparecer, devido ao estado de deterioração dos suportes, com ações tais como desinfestar, higienizar, acondicionar e armazenar, ainda que provisoriamente, o acervo documental, foram decisivas para que se pudesse prosseguir com um trabalho de identificação dos documentos. A identificação possibilitou aos pesquisadores analisar a tipologia documental e exercer uma primeira organização do espólio, com uma periodização inicial, o que proporcionou ao grupo um levantamento preliminar da história dessa instituição, trazendo os marcos iniciais com os quais os pesquisadores puderam sustentar um quadro de arranjo com condições de se visualizar o que seria o trabalho de descrição documental. O período inventariado, para essa publicação, 1903-1976, data da inauguração da instituição, em 1903, como Escola Complementar, até o final do momento em que a Escola teve a deno-

minação de Instituto de Educação. Trata-se de um acervo com cerca de 800 livros administrativos, além de pastas, documentos avulsos, álbuns fotográficos e fotos avulsas. O inventário ainda permite que se identifiquem as várias instituições que se mantinham ao abrigo da “Velha Normal”, as quais, na descrição das fontes, receberão a denominação de subgrupos. Destes, o mais representativo, no âmbito desta pesquisa, foi o segundo grupo escolar de Campinas, que passou a funcionar no interior da Escola Normal, quando ela ganhou um prédio construído de acordo com o moderno padrão republicano de construção escolar. A articulação dos procedimentos arquivísticos aos estudos da história da educação, sobretudo no âmbito da história das instituições, permitiu aos pesquisadores a adequada instrumentalização para a sistematização dos estudos, com a construção do inventário dos documentos do arquivo escolar, possibilitando a constituição de fontes históricas como uma via de fertilização da pesquisa em história da educação.

Como resultado principal desta pesquisa, o grupo pôde finalizar o inventário das fontes documentais e, com o auxílio do FAEPEX/UNICAMP, trazer a lume a publicação impressa do inventário do período das primeiras seis denominações da Escola, de Escola Complementar a Instituto de Educação.

Tal trabalho, que já havia sido apresentado em versão preliminar, formato CD-ROM, no Congresso Luso-Brasileiro, na Universidade do Porto, em Portugal, foi lançado em versão impressa e acabada, durante a apresentação do painel “Preservação do Patrimônio Histórico Educativo: Iniciativas e Experiências Ibero-Americanas e suas contribuições às Políticas Públicas”, no IX Congresso Iberoamericano de História da educação Latino-americana (CIEHLA), do Rio de Janeiro.

Caminhos da Pesquisa

O estudo da instituição possibilitou aos pesquisadores do projeto FAPESP “Preservação do Patrimônio Histórico Institucional: Escola Estadual Carlos Gomes” obter as informações necessárias para uma primeira

delimitação do acervo documental, trazendo as condições concretas para a elaboração do inventário, o que ocorreu por meio da descrição das fontes documentais.

O acervo histórico, documental e bibliográfico, que se encontrava depositado sobre o cimento dos porões da instituição, em péssimas condições, e avançado estado de deterioração, carecia de cuidados que possibilitassem a sua recuperação, com trabalhos de conservação e organização, mas também de pesquisa.

Os estudos sobre a “Velha Normal” trouxeram uma primeira demarcação histórica, através das diferentes denominações pelas quais a Escola havia passado, devido, sobretudo, às inúmeras reformas educacionais. Ao investir-se por essa via, foram obtidos os seguintes marcos, no plano do inventário, denominados Grupos, tais como: 1903 a 1911 – Escola Complementar de Campinas (ECC); 1911 a 1920 – Escola Normal Primária (ENP); 1920 a 1936 – Escola Normal de Campinas (ENC); 1936 a 1942 – Escola Normal Carlos Gomes (ENCG); 1942 a 1951 – Escola Normal e Ginásio Estadual Carlos Gomes (ENGECG); 1951 a 1976 – Instituto de Educação Estadual Carlos Gomes (IEECG); 1976 a 1998 – Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Carlos Gomes (EEPSGCG); 1998 à data presente – Escola Estadual Carlos Gomes (EECG). Essa delimitação ocasionou aos pesquisadores deterem-se, com maior propriedade, sobre as particularidades, o que tornou possível o retorno ao quadro de arranjo do acervo, que ali se constituía, sempre com maior propriedade e entendimento de sua composição, possibilitando um transitar dos pesquisadores pela história dessa instituição, que se buscava no recôndito desse acervo de papéis carcomidos e reveladores dos mais diversos aspectos da vida institucional, não poucas vezes surpreendentes aos parâmetros atuais.

De complementarista a normalista

O curso da Escola Complementar era uma segunda parte do curso primário e visava complementar esse estudo. Em Decreto de 1890, o curso primário foi dividido, em São Paulo, em curso preliminar e curso

complementar. A solicitação por uma Escola Complementar em Campinas era justificada pelos representantes municipais como sendo de fato a segunda parte do ensino primário, devendo, portanto, atender ao alto número de alunas que haviam concluído o curso preliminar nos Grupos Escolares e que não podiam se matricular no Ginásio de Campinas, que à época se restringia ao sexo masculino. Em nenhum momento, na ocasião, a municipalidade justificou o pedido de criação da Escola Complementar de Campinas para a formação de professores, embora essa possibilidade já fosse aberta para tal instituição.

A lei n. 374, de 1895, já enunciava que os alunos concluintes do curso complementar que tivessem um ano de prática de ensino nas escolas modelo do estado poderiam ser nomeados professores preliminares com as mesmas vantagens daqueles diplomados pelas Escolas Normais. Ou seja, a realização da prática de ensino pelos complementaristas vai fazer que a mesma instituição seja compreendida como complementação do curso primário, dividido em curso preliminar e complementar, como também um curso de formação para o magistério.

O estudo dos documentos da instituição revela-nos suas particularidades. Se a realização da prática de ensino deveria ocorrer após a conclusão do curso complementar, quando os alunos receberiam um atestado do diretor da instituição na qual constava que a haviam realizado, e que o diploma com o registro de habilitação de magistério só deveria sair com essa comprovação, isso não se verificou na primeira turma de formandos da Escola Complementar de Campinas, sobretudo ao se interrogarem os documentos. A primeira turma, de 1906, parece ter obtido tal registro sem que a prática tivesse sido realizada pelos alunos. Em 1907, apenas oito dos 46 diplomados pela Escola Complementar de Campinas realizaram a prática de ensino no 2º Grupo Escolar. Tal fato indicia que a comprovação da prática de ensino já aparece como requisito de valor para a validade do diploma, com o registro de habilitação para o magistério¹. Há que se fazer aqui um parêntese, para incluir o 2º Grupo Escolar nessa discussão, bem como trazer o informe da sua inclusão no

1. Conferir, para maiores informações, Teixeira Junior (2005).

projeto e do seu arquivo documental no inventário das fontes do Fundo EE Carlos Gomes. A sua proximidade física com a Escola Complementar fez que se investisse nele como locus privilegiado para a prática de ensino daqueles que pretendessem seguir a carreira do magistério.

Quando, em 1911, um novo Decreto transformou as Escolas Complementares em Escolas Normais Primárias, o 2º Grupo Escolar será anexado à Escola Normal Primária de Campinas, e reconhecido de fato como o local privilegiado da prática de ensino dos futuros professores dessa Escola.

Na consulta aos documentos do arquivo da EE Carlos Gomes, percebeu-se o quanto a história dessa instituição e a do 2º Grupo Escolar se entrelaçam.

Aliás, verificou-se também como a opção pela organização dos diferentes períodos da Escola, separados na documentação de acordo com as denominações, que foram ocorrendo no decorrer de sua história, possibilitou uma maior facilidade de trânsito, consulta e visualização por esse e desse acervo, como fonte de pesquisa para os pesquisadores.

No decorrer desse projeto, alguns dos pesquisadores que dele participam optaram por desenvolver suas pesquisas particulares, de pós-graduação, sobre períodos específicos dessa instituição, o que facilitou muito os trabalhos de preservação, identificação e descrição desse rico espólio. Os trabalhos particulares, em seus períodos e tipologia documental, permitiram o retorno às fontes, em seu conjunto, com contribuições sempre de muita pertinência aos demais membros da equipe e foram fertilizadores ao quadro maior de descrição e organização do acervo. Tal percurso apresentou-se como um diferencial, uma vez que o mais comum tem sido os investigadores, ao realizarem suas pesquisas nas instituições, utilizarem os acervos como fonte, dar a estes uma ordem precária, apenas o suficiente para o desenvolvimento da pesquisa em curso, e os abandonarem após a finalização delas. Essas investidas deliberadas e sem um plano de organização dos acervos não poucas vezes resultam em perdas ou alterações nos suportes por falta de manuseio correto e outros cuidados. Os trabalhos de conservação, descrição, acondicionamento ficam para outros. Essas práticas deixam marcas nos acervos, com lacunas

e ordenações precárias, fora da ordem original. São recordações, com períodos ou temas específicos, em geral sobre os quais se detiveram os pesquisadores em suas investigações.

A pesquisa sobre a instituição, em seu período como Escola Complementar, possibilitou o levantamento de vários outros itens do acervo, sobretudo os livros de sua biblioteca histórica que deram sustentação à formação dos complementaristas do período. O 2º Grupo Escolar de Campinas, por seu turno, iniciado em 1900, logo denominado Grupo Escolar Dr. Quirino dos Santos, foi desde o início da Escola Normal o local privilegiado para a prática de ensino das normalistas, tendo sido anexado a esta Escola em 1911 como Curso Primário de Aplicação.

Articuladas ao projeto relatado, houve outras pesquisas que se detiveram, sobretudo, nos itens documentais pertencentes ao 2º Grupo Escolar, com a conservação, identificação e acondicionamento provisório deles, permitindo a sua inclusão à descrição do Fundo: Escola Estadual “Carlos Gomes” (EE Carlos Gomes), como também houve um trabalho que se deteve em conservar e organizar os números da *Revista de Ensino*, publicação da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, constantes do acervo². Vários exemplares dessa revista foram encontrados no acervo da antiga biblioteca da escola, o que nos induz a pensar que eles faziam parte dos materiais utilizados pelos professores da instituição. No catálogo histórico da antiga biblioteca da E.E. Carlos Gomes, foram levantadas fichas catalográficas que davam pistas da existência de exemplares da *Revista de Ensino do Órgão Beneficente do Professorado Público*, o que levou os pesquisadores ao seu enalço.

A história do auge e decadência da Escola Complementar de Campinas possibilitou aos pesquisadores conhecer aspectos relevantes do movimento educacional da época. Pela revista puderam-se vislumbrar as lutas por melhores condições e reconhecimento efetivo do valor da

2. Camila G. S. Cola, *Leituras dos professores da Escola Complementar de Campinas: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2007.

carreira docente, como também a comprovação das discussões provocadas pelo nascimento das escolas complementares no intuito primeiro de completar o curso primário, uma Segunda Etapa após o ensino preliminar e, mais tarde, como medida emergencial, suprir a grande demanda por profissionais da educação primária, discussão que se acompanhava também nos documentos do arquivo.

Os questionamentos à Escola Complementar, acompanhados via *Revista de Ensino*, sobretudo a partir de 1905, eram sempre sobre a desvalorização da categoria profissional, a perda de privilégios e a desorganização do ensino público. A discussão desses pontos dava-se, em especial, por conta da equiparação entre professores formados pelas Escolas Complementares e pelas Escolas Normais. O aumento do número de profissionais, por conta dos complementaristas, trouxe perdas para a categoria. Ao consultar-se o arquivo escolar, apreende-se na leitura da Ata da 1ª Congregação da Escola Complementar de Campinas, em 1906, que os professores foram chamados a apresentar sugestões sobre modificações, julgadas necessárias, ao ensino complementar. Nas falas dos membros, sugeriu-se que se propusesse ao Governo um plano de divisão das matérias do curso complementar, por estarem os professores distribuídos de tal modo que a cada um competia lecionar todas as matérias do grupo teórico e algumas do grupo prático de um ano.

Essa acumulação de trabalho, evidentemente excessiva, só traria vantagem para o ensino se fosse possível confiar cada turma de alunos à orientação exclusiva de um professor. Como estava circunscrita a ação do professor a um ano único, desaparece essa vantagem e persistem os inconvenientes, exigindo portanto uma só orientação, matérias distribuídas pelos diferentes anos do curso, do que as que estão reunidas em qualquer deles, o que dificultava o aperfeiçoamento profissional do professor. Essas afirmações terminavam com a ponderação de que a organização vigente era prejudicial ao ensino.

Enfim, foram muitos os questionamentos sobre a organização das escolas complementares, os quais sem dúvida tiveram repercussão nos debates sobre a Reforma da Instrução pública, que desencadeou a promulgação do Decreto n. 2.025, de 1911, convertendo as Escolas Com-

plementares em Escolas Normais Primárias. Tais instituições colocarão fim às ambiguidades das Complementares e serão assumidas como locais de ensino profissionalizante, tendo como função principal proporcionar aos normalistas educação intelectual, moral e prática.

“Escutar” as fontes

Na organização das fontes documentais do arquivo escolar, o período da Escola Complementar que se constituiu em um Grupo, quando da descrição das fontes, ficou assim distribuído: Grupo Escola Complementar de Campinas (ECC) – 1902 a 1911; Subgrupo Administrativo (AD); Subgrupo Curso Complementar (CC).

O período seguinte, quando a Escola passou a chamar-se Escola Normal Primária, assim se constituiu no acervo: Grupo Escola Normal Primária (ENP); Subgrupo Administrativo (AD); Subgrupo Curso Primário (CP); Subgrupo Curso Normal (CN); Subgrupo Grupo Escolar Modelo e Escola Isolada Modelo (GEMEIM); Subgrupo Segundo Grupo Escolar Dr. Quirino dos Santos (GEDQS).

Na década de 1920, as ideias renovadas ganhavam a simpatia de professores e especialistas, e com elas vinha a concepção de uma Escola Normal de caráter essencialmente profissionalizante. A nova orientação pedia, da parte do professor, conhecimentos sobre o desenvolvimento e a natureza da criança, além de métodos e técnicas de ensino. À prática de ensino, como principal instrumento de preparo profissional, agrega-se a preocupação com a reforma curricular que deveria contar com a inclusão de disciplinas tais como a psicologia, a história da educação, a sociologia, a higiene. A mudança na legislação educacional de 1920, mais conhecida como Reforma Sampaio Dória, vai uniformizar as Escolas Normais que desde 1911 haviam sido divididas em Escolas Normais Primárias e em Escolas Normais Secundárias. Estas seriam apenas Escolas Normais, com quatro anos de duração. Os professores por sua vez seriam todos equiparados e as distinções, entre complementaristas, normalistas primários e secundários, extintas, pelo menos regimentalmente.

Ao se iniciarem os trabalhos de revisão do inventário, visando à publicação, os pesquisadores depararam-se com muitas indagações advindas dos dados existentes nos documentos descritos. Aproveita-se neste texto uma das fases em que tais indagações se fizeram presentes à equipe, ao mesmo tempo em que se espera demonstrar como se elaborou o inventário e como ler as siglas que o sustentam.

A Escola Normal Primária de Campinas passa a ser denominada Escola Normal de Campinas. Esse foi também o período de fertilização da ideia de construção de um prédio próprio para a Normal, ideia que já havia sido lançada em 1912, com a escolha do local, em período de forte discussão em torno dos projetos de construções escolares. Nos inícios de 1920, a construção de nove Escolas Normais ou já estava concluída ou se apresentavam em conclusão. Em abril de 1924, inaugura-se oficialmente o novo edifício da Escola Normal de Campinas. Quando inaugurado o novo prédio da Escola Normal, é destinado ao 2º Grupo Escolar o pavimento térreo para a realização das suas atividades. É interessante que se informe que, quando o 2º Grupo Escolar Dr. Quirino dos Santos se tornou Grupo Escolar Modelo Anexo à Escola Normal Primária, em julho de 1911, também foram a ele anexadas duas escolas isoladas, sendo uma para cada sexo. Essas instituições, juntamente com o 2º Grupo Escolar, compõem subgrupos, do Grupo “Escola Normal Primária”, na descrição documental do Acervo da EE “Carlos Gomes”.

O 2º Grupo Escolar, mesmo tendo sido anexado à Escola Normal Primária, em 1911, continuou funcionando em endereço próprio, na rua Costa Aguiar, no centro da cidade de Campinas, até o ano de 1924, quando o governo do estado inaugurou o novo prédio da Normal e ele para lá se transferiu.

Durante o período do grupo documental Escola Normal de Campinas (ENC), 1920-1936, os subgrupos foram muitos, os quais podemos listar em: Subgrupo Administração (AD); Subgrupo Curso Normal (CN); Subgrupo Curso Fundamental (CF); Subgrupo Curso Complementar (CC); Subgrupo Curso Ginásial (CG); Subgrupo Grupo Escolar (GE); Subgrupo Escola de Aplicação (EA); Subgrupo Curso Primário (CP); Subgrupo Escolas Isoladas (EI).

Em 1936, pelo decreto assinado pelo governador do estado, passa a Escola a chamar-se Escola Normal Carlos Gomes, em homenagem ao compositor Carlos Gomes, cidadão campineiro. Essa nova denominação é motivo de um novo grupo de documentos que, por sua vez, irá também abarcar subgrupos. Assim se organiza: Grupo Escola Normal Carlos Gomes (ENCG) – 1936 a 1942, composta pelos subgrupos: Subgrupo Administrativo (AD); Subgrupo Curso Primário (CP); Subgrupo Escola Isolada Modelo (EIM); Subgrupo Curso Normal (CN).

Em 1942, sobretudo pela influência das leis orgânicas do Ensino, a escola passou a Escola Normal e Ginásio Estadual Carlos Gomes; tal período de denominação levou os pesquisadores ao seguinte ordenamento do arquivo: Grupo Escola Normal e Ginásio Estadual Carlos Gomes (ENGECEG) – 1942 a 1951; Subgrupo Curso Normal (CN); Subgrupo Curso Pré-Normal (CPN); Subgrupo Curso Primário e Curso Ginásio (CP-CG); Subgrupo Curso Pré-Primário (CPP); Subgrupo Curso Infantil (CI), Subgrupo Administrativo (AD).

Em 1951, a Escola passa a chamar-se Instituto de Educação Estadual Carlos Gomes, afinal para os cursos de especialização e habilitação, como se pretendia no período, havia de se ter Institutos de Educação, nos quais o professor poderia especializar-se para o ensino pré-primário, ensino supletivo, desenho, artes, música, como também para se habilitar à administração escolar. Os documentos sustentaram para esse período uma organização constituída pelo Grupo: Instituto de Educação Estadual “Carlos Gomes” (IEECG) – 1951 a 1976, que agasalhou os seguintes Subgrupos: Subgrupo Curso Normal (CN), Subgrupo Curso Primário e Curso Ginásio (CP-CG), Subgrupo Cursos Especiais (CE) e Subgrupo Administrativo (AD).

Os documentos do arquivo escolar

Quais documentos compõem o arquivo escolar e descrevem hoje essa face esquecida, por tanto tempo, ao pó e às traças? Os suportes sobre os

quais essa pesquisa tem se detido estão representados, sobretudo, pelos documentos seguintes:

– Livro de atas de exames e registro de notas, livro de atas de exames e resultados finais (vestibulares, adaptação e admissão), Livro de inscrições para exames (adaptação, admissão, seleção, vestibulares), Livro de matrículas de alunos, Livro de registros de diplomas, Livro de ponto de estágio de alunos, Livro de ponto do pessoal administrativo, Livro de ponto do pessoal adjunto, Livro de ponto do pessoal docente, Livro de registros de aulas, Livro de chamada de classe, Livro de registros de provas (carga e descarga), Livro de atividades extraclasse, Livro de educação física: dispensa, Livro de entrega de certidões, Lembrança de formatura, Livro de inscrições para exames de 2ª época, Livro de instituições auxiliares, Livro de atas de Reuniões pedagógicas, Conselho de Classe, Congregação, Livro de situação de professoras, Livro de sorteios de vagas, Livro de termos de visitas e/ou ponto solenidade (inspetores, visitantes à exposições etc.), Vagas para o Pré-primário – documentos avulsos, Histórico do Curso Primário – documentos avulsos, Livro de registros de certificados e diplomas, Classes braille – documentos avulsos, Dossiê Curso de especialização – documentos avulsos, Artigos de jornais, Livro de registro de atendimento odontológico, Atestados e boletins de frequência – uma pasta e um maço grande com documentos avulsos, Livro de atos e portarias baixados pelo diretor, Biografias – 2 folhas, Livro de inventário de livros e discos – 2 livros, 3 folhetos e 8 folhas avulsas, Livro de questionários informativos – 2, Livro de programas de disciplinas – documentos avulsos, Relatórios da biblioteca – documentos avulsos, Livro de controle da biblioteca: entrada de livros e tomo juvenil, Livro de curso de férias para professores e demais funcionários – 1, Denominação: de Instituto para Escola – 1 livreto e 1 artigo de jornal, Fanfarra – 1 certificado, Fotografia – diversos itens, Inventário de bens,

registro de livros e, ou registro de escrituração – 2 livros e 1 pasta, Listagens de bibliografias, biografias e fotografias – 5 folhas, Mapa de movimento – 6 folhas, Movimento Constitucionalista – 1 diploma, Objetivos gerais da Escola Estadual Carlos Gomes – documentos avulsos, Plantas do Instituto – 3 unidades, Relação de filmes – 1 pasta, Trabalho de alunos – 1 folha de papel almaço, Administrativo: requisições de material, notas fiscais etc. – 1 pasta, Documentos de uma discente – documentos avulsos, Dossiê retratando a cidade de Campinas/SP – 2 pastas, Documentos a respeito de classes Braille – documentos avulsos, Documentos referente a Comemorações – 3 pastas, Correspondência – 2 páginas, Criação e instalação – documentos avulsos, Escola Complementar – Escola Normal – documentos avulsos, Dossiê do Instituto de Educação Estadual Carlos Gomes – 2 pastas, Mapas demonstrativos e recibos – 1 pasta, mais 2 maços grandes de documentos, Dossiê Rui Barbosa – 1 pasta, Livro de Ponto (docentes, adjuntos e administrativos) – 94, (estágio de alunos) (solenidade) – 1, Livro de inscrição dos candidatos aos exames de Licença Ginásial – 1, Livro de inscrições para exames (vestibulares, admissão ginásial e seleção), Livro de termos de exames dos alunos do curso primário, Livro de lançamento da relação de envelopes das provas parciais (carga e descarga), Livro de Visitas de Inspeção (visita de inspetores), Livro de termos de visitas (eventos), Livro de inscrição dos alunos promovidos que concluíram o curso ginásial, Livro de registros de títulos e quitação militar dos professores e funcionários, Livro de mapa de aulas extraordinárias, Livros de chamada, Livros de atas (conselho de classe, congregação, reuniões pedagógicas etc.), Livro de atas de reuniões do Clube Pan-Americano, Livro de atas do Grêmio Literário Dr. Quirino dos Santos, Livro de registro de notas, Livro de atas de exames e registro de notas, Livro de atas da exames vestibulares e resultados finais – 3 livros e 5 folhas avulsas, Livro de exames de adaptação, Livro de termo de compromisso de pessoal, Livro

de registro de correspondência oficial, Livro de registro de imposição de penas, Livro de despesas de expediente e prestação de contas, Inventário do material da escola (livros, discos etc.), Livros, folhetos e folhas avulsas, Livro de registro de relatórios anuais da Diretoria, Livro de registro de instituições auxiliares, Livro de registro de reuniões pedagógicas, Livro de palestras pedagógicas do Grupo Escolar Modelo, Livro de inscrições para concursos de professores, Livro de notas de concursos, Mapa das faltas de comparecimento de pessoal, Livro de registro de diplomas. Livro de matrícula, Livro de registro de faltas de alunos, Álbum de fotos dos professorandos, Livro de registro de aulas, Livro de atividade extraclasse, Livro de dispensa de educação, Livro de registro de entrega de certidões, Livro de situação de professoras, Livro de sorteio de vagas, Livro de registro de atendimentos odontológicos, Livro de atos e portarias baixados pelo diretor, Plantas do Instituto.

A descrição dos documentos históricos

Como enunciado anteriormente, no trabalho que se desenvolveu, visando à descrição das fontes documentais, foi possível também elaborar um histórico da instituição, sobretudo a partir das denominações que a escola já teve, os diretores que a administraram e o período de seus mandatos, as reformas administrativas e pedagógicas que alteraram o funcionamento do estabelecimento, a existência de um Grupo Escolar e de Escolas Isoladas Modelo anexas à escola, a instalação das atividades em prédios comerciais adaptados para a educação e alugados pela municipalidade, entre outras.

Os documentos foram organizados dentro de uma sistemática de arranjo baseada no Fundo – todo o acervo documental da escola; esse fundo foi denominado Escola Estadual “Carlos Gomes” (EE Carlos Gomes), nome que se mantém até o momento. O Fundo abriga os Grupos – com denominações outras, que a escola obteve em sua existência pregressa.

Estes, por sua vez, agasalham os Subgrupos – divisão pormenorizada dos grupos – com base nos cursos existentes e na atividade administrativa da escola. Segue o esquema a seguir:

Fundo: Escola Estadual Carlos Gomes – EE CARLOS GOMES;

Grupos:

1- Escola Complementar de Campinas – ECC (1903-1911);

Subgrupos – Administrativo (AD)

Curso Complementar (CC)

2- Escola Normal Primária – ENP (1911-1920);

Subgrupos – Administrativo (AD)

Curso Normal (CC)

Grupo Escolar Modelo Dr. Quirino dos Santos
(GEMDQS)

Escola Isolada Modelo (EIM)

3- Escola Normal de Campinas – ENC (1920-18/5/1936);

Subgrupos – Administrativo (AD)

Curso Normal (CC)

Curso Complementar (CC)

Curso Fundamental (CF)

Curso Ginásial (CG)

Grupo Escolar Modelo Dr. Quirino dos Santos
(GEMDQS)

Escola de Aplicação Modelo (EAM)

Curso Primário (CP)

Escolas Isoladas (EI)

4- Escola Normal Carlos Gomes – ENCG (19/5/1936-1942);

Subgrupos – Administrativo (AD)

Curso Normal (CC)

Curso Fundamental (CF)

Curso Ginásial (CG)

Escolas Isoladas (EI)

5- Escola Normal e Ginásio Estadual Carlos Gomes – ENGECC (1942 – 20/12/1951);

Subgrupos – Administrativo (AD)
Curso Normal (CN)
Curso Pré-Normal (CPN)
Curso Ginásio (CG)
Curso Primário (CP)
Classe Infantil (CI)

6- Instituto de Educação Estadual Carlos Gomes – IEECC (21/12/1951-1/1976);

Subgrupos – Administrativo (AD)
Curso Normal (CN)
Curso Ginásio (CG)
Curso Preparatório ao Exame de Admissão (CPEA)
Curso Primário (CP)
Classe Infantil (CI)
Curso de Pós-Graduação (CPG)
Classes Especiais (CE)

7- Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Carlos Gomes – EEPSGCG (1976-2000);

8- Escola Estadual Carlos Gomes – EECG (2000-atual).

Os grupos trabalhados são também fundos ou grupos fechados. Essa denominação é dada ao conjunto documental que não tem mais acréscimo, em razão da morte ou extinção do seu produtor, como é o caso das várias denominações da Escola Estadual Carlos Gomes.

A descrição de cada grupo documental trabalhado foi composta, primeiramente, pela Área de Identificação – que identifica a unidade que se almeja descrever, representada por um item ou por uma série documental; essa área compõe-se pelos itens a seguir:

- Código de referência – ele está traduzido por uma notação elaborada em letras maiúsculas que traduzem a classificação e identificam a unidade de descrição. Fazem parte da notação ou código de referência os seguintes elementos:

- O código do País: BR (Brasil); seguindo o nome do estado: SP (São Paulo);
- O código do produtor e detentor (que é o Fundo): EE Carlos Gomes (Escola Estadual Carlos Gomes);
- Cota – é o código de referência local ou Identificador, constando o Grupo (por ex. Escola Normal de Campinas), Subgrupo (por ex. Curso Primário), ID ou SD, para item documental ou série documental, tipologia documental (tipo de documento, ex. Livro de Ata) e Número de controle único.
- Título – nomeia o documento de acordo com a sua tipologia, em alguns casos os documentos não apresentaram títulos formais, por isso foram atribuídos pela equipe responsável pela descrição.
- Data – identifica e registra o documento. Sempre que possível foi utilizada a data limite, de criação do documento até seu último registro, como também a sua numeração, dentro do Grupo e Subgrupo de pertencimento (Quando não foi possível extrair do documento a data específica, mas havia vestígios ou indicativos, esta foi registrada entre colchetes).
- Nível (descrição) – campo para se registrar a posição da unidade descrita na hierarquia do fundo – Série ou Item documental.
- Dimensão (e suporte) – características físicas e quantitativas do documento descrito. Apresenta número de itens documentais, número de folhas, as dimensões do suporte. Este campo foi aproveitado também para identificar a condição física do documento.

Entrando agora nas demais áreas:

Área de Conteúdo

- Conteúdo – assunto da unidade descrita, as informações que constam do suporte documental.

Área de Notas

- Nota – informações que não puderam ser incluídas em qualquer das outras áreas, ou quando houve necessidade de esclarecimentos que contribuíssem para um melhor entendimento do leitor.

A ficha utilizada para descrever os documentos contém os seguintes campos:

- Área de Identificação (data, dimensão e suporte);
- Área de Conteúdo e Estrutura (Âmbito e Conteúdo);
- Área de Condição e Acesso (Característica física e Localização);
- Área de Notas (Notas).

Exemplo de ficha:

Código de referência:	BR SP EE CARLOS GOMES	Cota: ENC/GEMDQS/ID/LMIM 020
Título:	Livro de Matrícula do Curso Médio e Inventário de Material.	
Data:	30 de janeiro de 1922 a 1923	
Nível:	Item Documental	
Dimensão:	01 livro de 158 folhas, utilizado até a folha 125, medindo 24 x 33 x 2,5 cm; em estado físico bom.	
Conteúdo:	Registro de matrícula dos alunos do Curso Médio do Grupo Escolar Modelo “Doutor Quirino dos Santos”, anexo à Escola Normal de Campinas, e inventário de material.	
Nota:	Termo de Abertura feito pelo diretor Grupo Escolar Modelo “Doutor Quirino dos Santos”, Juvenal Wagner Vieira da Cunha. Folhas rubricadas por Juvenal Wagner Vieira da Cunha. Campo impresso, preenchimento manual. A parte que se refere ao Inventário vai da folha 1 a 9 e está preenchida até a 2; da folha 10 até a 125, refere-se às matrículas do Curso Primário, contendo número de matrícula, número de ordem no ano, nome, idade, naturalidade, filiação, profissão do pai, residência, período das inscrições, ano do curso, eliminação e observações.	

O quadro anterior refere-se à descrição de um Livro, item documental, de Matrícula e Inventário de Material, do Curso Médio do Grupo Escolar Modelo “Dr. Quirino dos Santos” (subgrupo descrição), anexo à Escola Normal de Campinas (Grupo de descrição).

O Curso Médio aparece, junto à denominação do Grupo Escolar Modelo, com a Reforma Sampaio Dória, de 1920, pela qual o curso primário teria a duração de dois anos, seguido de um curso médio de mais dois anos. No entanto, em 1925, por uma nova Reforma, o curso primário volta a ter quatro anos e o curso médio é extinto. Nos documentos encontrados, só foi constatada a presença do curso médio, na Escola Normal, a partir de 1922.

Outra informação que deixou os pesquisadores em dúvida, o que exigiu o retorno aos documentos e consulta à legislação, foi o fato de, a despeito de aparecer na descrição como Curso Complementar, este aparecia na área de conteúdo como Escola Complementar. Ao instaurar-se a discussão sobre tal fato, novamente houve a necessidade de novas pesquisas. Pôde-se constatar que o Curso Complementar, anexo à Escola Normal, criado pela lei n. 1.579, de dezembro de 1917, tinha, inicialmente, duração de dois anos. No entanto, a partir de uma nova lei, em dezembro de 1920, passou a ser de três anos. O Curso Complementar pertencia à Escola Complementar (anexa à Escola Normal de Campinas). Nos ofícios enviados pelo diretor, este afirma que é diretor da Escola Normal e da Escola Complementar anexa. Em 1932, no entanto, a Escola Complementar anexa deixa de existir e o Curso Complementar torna-se Curso Fundamental. Foram muitas Reformas, com muitas mudanças de curta e média duração nas instituições, o que, não poucas vezes, causou confusões no momento da descrição das fontes.

A organização da descrição abriu para a interlocução constante entre os pesquisadores, advinda da interrogação, também constante, derivada do estudo da instituição. O trabalho de descrição respeitou a sistemática de arranjo indicada pela ISAD(G), que é a norma geral internacional de descrição arquivística.



Figura 1: Dois momentos do acervo arquivístico e bibliográfico da Escola Normal de Campinas: 1º encontro, a abertura dos porões, e a situação atual dos documentos já conservados, descritos e acondicionados de forma apropriada, que retornam aos porões repaginados.

Fonte: Acervo da Escola Normal de Campinas.

Palavras finais

Após quase dez anos de trabalho na recuperação de acervos, em risco de perda, em porões, sótãos e outros espaços escolares, pode-se perceber o quanto exige dos pesquisadores o trabalho de inventário. Ele exige conhecimentos de várias áreas, pesquisa histórica, a leitura nos próprios documentos. É trabalho interdisciplinar e as equipes nem sempre permanecem as mesmas, o que muitas vezes dificulta a continuidade dos trabalhos, além do agravante da falta de verbas. Justamente pelo desconhecimento das várias frentes abertas nesse tipo de projeto, nem sempre eles são tratados com o devido merecimento por órgãos de fomento e similares.

Saavedra (2009), em seu texto de apresentação do inventário histórico documental da Escola Normal de Campinas, assevera que o registro e a

sistematização dos acervos informativos, dos quais se vale o investigador para tecer e fundamentar os seus discursos sobre a memória do ocorrido, poucas vezes recebem a atenção devida, diferente do que ocorre, com maior frequência, com as obras que nesses suportes se sustentam.

Espera-se, com a publicação do inventário das fontes documentais e com a organização do arquivo histórico da instituição e sua adequada instalação, poder disponibilizar aos pesquisadores da área educacional um rico acervo documental, fertilizador das pesquisas, sobretudo em história da educação, e guardião da memória educacional brasileira, em especial da campineira e paulista.

O inventário permite conhecer o arquivo e mapear as fontes documentais, no entanto, a abertura dos acervos para as pesquisas, visitas, novas elaborações que enunciarão outros saberes dependem de condições seguras para a consulta aos bens preservados.

Preservar de forma adequada demanda esforços, e é iniciativa que se faz cada vez mais frequente no Brasil, sobretudo, entre os historiadores da educação. É fundamental que também ocorram políticas que possam “enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais, sem que se perca de vista os valores que justifiquem sua preservação” (Cunha, 2009).

Quanto aos pesquisadores, o sonho continua o mesmo: sem luvas, sem máscaras, sem jalecos, no banco dos consulentes.

Referências bibliográficas

CUNHA, Maria Teresa Santos (Org). *Uma biblioteca anotada: caminhos do leitor no acervo de livros escolares do Museu da Escola catarinense (Décadas de 20 a 60/século XX)*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina; UDESC, 2009.

GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

HERRERA, A. H. Arquivos, documentos e informação. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1992. p. 113-120.

ISAD(G): NORMA GERAL INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

MENEZES, Maria Cristina. Memórias, identidades, representações: a voz dos professores. *Horizontes: Revista de Ciências Humanas*, Bragança Paulista, v. 19, p. 57-64, 2001.

_____. *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

_____. (Org.). Dossiê: cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus. *Revista Pro-posições*, Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, v. 16, n. 1 (46), p. 13-164, jan/abr. 2005. ISSN: 0103-7307.

_____. “Preservação do Patrimônio Histórico Institucional: Escola Estadual Carlos Gomes”. Relatório Científico de Pesquisa, São Paulo/FAPESP, 15, jan. 2008a.

_____. (Org.) *Inventário das Fontes Documentais da Escola Estadual “Carlos Gomes”*. Campinas, Gráfica Central/UNICAMP, 2008b.

_____.; TEIXEIRA JUNIOR, E. L. et al. O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história. *Horizontes: Revista de Ciências Humanas*. Bragança Paulista, v. 6, p. 60-71, 2005.

MENEZES, Maria Cristina (Coord.) et al. *Inventário Histórico Documental*. Escola Normal de Campinas (1903-1976). De Escola Complementar a Instituto de Educação. Campinas: FE/UNICAMP, 2009.

PINHEIRO, Maria de Lourdes. *A Escola Normal de Campinas no período 1920-1936: práticas e representações*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SAAVEDRA, V. P. Pórtico: Fixar os registros da Cultura Escolar. In: MENEZES, M.C. (Coord.). *Inventário Histórico Documental*. Escola Normal de Campinas (1903-1976). De Escola Normal a Instituto da Educação. Campinas: FE/UNICAMP, 2009.

SANTOS, Adriano Marins. *O Arquivo da Escola Normal “Carlos Gomes”*: perfis e trajetórias dos alunos durante o Estado Novo. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SILVA, Eva Cristina L. *Os papéis do porão na constituição da cultura escolar*: “Escola Normal Carlos Gomes”: 1949-1966. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

TEIXEIRA JÚNIOR, Oscar. *Escola Complementar de Campinas (1903 a 1911)*: espaço, culturas e saberes escolares. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

Endereço para correspondência:

Maria Cristina Menezes

FE/UNICAMP

CEP: 13.083-970

Campinas-SP

E-mail: mcris@unicamp.br

Recebido em: 8 jul. 2010

Aprovado em: 29 mar. 2011